

DICIONÁRIO
DA 51 TEXTOS
CRÍTICOS
REPÚBLICA

*Lilia Moritz Schwarcz
e Heloisa Murgel Starling*

ORGANIZADORAS

DICIONÁRIO
DA 51 TEXTOS
CRÍTICOS
REPÚBLICA



COMPANHIA DAS LETRAS

Copyright da organização © 2019 by Lilia Moritz Schwarcz
e Heloisa Murgel Starling
Copyright do texto © 2019 by Os autores

*Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990,
que entrou em vigor no Brasil em 2009.*

CAPA E PROJETO GRÁFICO *Víctor Burton*

IMAGEM DE CAPA *Rosana Paulino, Parede da memória, 1994-2015, tecido, microfibra,
impressão digital, linha de algodão e aquarela, 8 × 8 × 3cm cada elemento. Acervo
Pinacoteca do Estado de São Paulo, Brasil. Reprodução: Jaime Acioli*

PESQUISA ICONOGRÁFICA E LEGENDAS *Lilia Moritz Schwarcz, Sonia Balady e Projeto
República: Núcleo de pesquisa, documentação e memória/ UFMG, coordenado por
Heloisa Murgel Starling e integrado por Danilo Araujo Marques, Barbara de Oliveira
Ahouagi, Helena Augusta da Silva Gomes, José Antonio de Souza Queiroz, Júlia Kern
Castro, Maria Cecília Vieira de Carvalho e Pauliane de Carvalho Braga*

PREPARAÇÃO *Adriane Piscitelli*

CHECAGEM *Érico Melo*

ÍNDICE REMISSIVO *Luciano Marchiori*

REVISÃO *Angela das Neves e Huendel Viana*

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Dicionário da república: 51 textos críticos / Lilia Moritz Schwarcz,
Heloisa Murgel Starling (Orgs.) — 1ª ed. — São Paulo : Companhia
das Letras, 2019.

Vários autores.
Bibliografia.

ISBN 978-85-339-3277-5

1. Brasil - História - República 2. Brasil - Política e gover-
no - Período republicano 3. República - Brasil - História
I. Schwarcz, Lilia Moritz. II. Starling, Heloisa Murgel.

19-29583

CDD-981.05

Índice para catálogo sistemático:

I. Brasil : República : História 981.05

Maria Alice Ferreira – Bibliotecária – CRB-8/7964

[2019]

Todos os direitos desta edição reservados à

EDITORA SCHWARCZ S.A.

Rua Bandeira Paulista, 702, cj. 32

04532-002 — São Paulo — SP

Telefone: (11) 3707-3500

www.companhiadasletras.com.br

www.blogdacompanhia.com.br

facebook.com/companhiadasletras

instagram.com/companhiadasletras

twitter.com/ciaeletras

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO: EM BUSCA DA REPÚBLICA > 11

ASSOCIAÇÕES REPUBLICANAS DOS HOMENS LIVRES DE COR > 21

Petrônio Domingues

CABANAGEM (1835-6) > 31

Magda Ricci

CÂMARAS MUNICIPAIS NO BRASIL (SÉCULOS XVII E XVIII) > 38

João Fragoso

CANUDOS (1893-7) > 46

Marcela Telles

CONJURAÇÃO BAIANA DE 1798 E REPÚBLICA BAHINENSE > 53

Patrícia Valim

CONJURAÇÃO DO RIO DE JANEIRO (1794) > 60

Gustavo Henrique Tuna

CONJURAÇÃO MINEIRA (1789) > 67

Kenneth Maxwell

CONSTITUIÇÕES BRASILEIRAS (1891 E 1934) > 75

Oscar Vilhena

CONSTITUIÇÕES BRASILEIRAS (1946 E 1988) > 86

Conrado Hübner Mendes

DESPOTISMO E REPÚBLICA > 97

Patrícia Reis

- DIREITOS: DE INDIVÍDUOS A CIDADÃOS > 103**
Maria Tereza Aina Sadek
- EXPERIÊNCIA CAMPONESA DE FORMOSO E TROMBAS (1950-64) > 113**
Pauliane de Carvalho Braga
- GÊNERO E O BRASIL REPUBLICANO > 123**
Maria Filomena Gregori
- HAITIANISMO NO BRASIL > 133**
Flávio Gomes
- ICONOGRAFIA DA REPÚBLICA > 141**
Lilia Moritz Schwarcz
- IGUALDADE, DEMOCRACIA E CIVILIDADE > 149**
Marco Aurélio Nogueira
- IMPrensa REPUBLICANA NO BRASIL (SÉCULO XIX) > 156**
Marcello Basile
- INSTAURAÇÃO DA REPÚBLICA NO BRASIL > 163**
Angela Alonso
- INTERESSE E BEM COMUM > 172**
Paula Mendes Lima
- JUSTIÇA E GOVERNO DAS LEIS NO REPUBLICANISMO > 181**
Celso Lafer
- LETRADOS E REPÚBLICA NO BRASIL > 191**
Heloisa Murgel Starling
- LIBERDADE: VIDA ÉTICA E AÇÃO POLÍTICA > 198**
Marilena Chaui
- MATRIZ CONTEMPORÂNEA > 207**
Newton Bignotto e Heloisa Murgel Starling
- MATRIZ FRANCESA > 214**
Milton Meira do Nascimento
- MATRIZ HAITIANA > 220**
Lilia Moritz Schwarcz
- MATRIZ INGLESA > 229**
Alberto Ribeiro Gonçalves de Barros

MATRIZ ITALIANA > 237

Gabriel Pancera

MATRIZ NORTE-AMERICANA > 244

Cristiano Paixão e Renato Bigliuzzi

ORIGENS: *LIBERTAS* > 253

Cicero Araujo

ORIGENS: *POLITEIA* > 259

Sérgio Cardoso

PARTICIPAÇÃO E CIDADANIA > 269

Luís Falcão

PATRIMONIALISMO BRASILEIRO > 276

André Botelho

PENSAMENTO REPUBLICANO NO SEGUNDO REINADO (1840-89) > 283

José Murilo de Carvalho

PRIMEIRA REPÚBLICA (1889-1930): REPÚBLICA OLIGÁRQUICA > 290

Cláudia Viscardi

RELIGIÃO E LAICIDADE > 299

Ronaldo de Almeida

REPÚBLICA DIGITAL > 306

Ronaldo Lemos

REPÚBLICA JULIANA (1839) > 314

Gustavo Marangoni Costa

REPÚBLICA NA ERA DA GLOBALIZAÇÃO > 321

Matias Spektor

REPÚBLICA POSITIVISTA DE JÚLIO DE CASTILHOS (1891) > 329

Hélgio Trindade

REPÚBLICA RIO-GRANDENSE (1836-45) > 336

Alessandro de Almeida Pereira

REPUBLICANISMO E QUESTÃO RACIAL > 343

Silvio Luiz de Almeida

REPUBLICANISMO NA CANÇÃO POPULAR BRASILEIRA > 349

Bruno Viveiros Martins

REVOLUÇÃO PERNAMBUCANA DE 1817 > 359

Evaldo Cabral de Mello

SABINADA (1837) > 369

Keila Grinberg

SEDIÇÕES DE OLINDA (1710) E VILA RICA (1721) > 375

Junia Ferreira Furtado

SEGUNDA REPÚBLICA (1946-64): REPÚBLICA LIBERAL-DEMOCRÁTICA > 382

Angela de Castro Gomes

SENTIDO REPUBLICANO DA AMIZADE > 390

Pedro Duarte

TERCEIRA REPÚBLICA NO BRASIL (1988-): REPÚBLICA DEMOCRÁTICA > 399

Sérgio Abranches

TIRANIA E REPÚBLICA > 407

Newton Bignotto

TOTALITARISMO E REPÚBLICA > 414

Helton Adverse

VÍCIOS DA REPÚBLICA > 423

Fernando Filgueiras

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS > 431

SOBRE OS AUTORES > 451

ÍNDICE REMISSIVO <A VIR> > 459

A OBRA DA CAPA

ROSANA PAULINO, *PAREDE DA MEMÓRIA*, 1994-2015, TECIDO, MICROFIBRA, IMPRESSÃO DIGITAL, LINHA DE ALGODÃO E AQUARELA. 8 × 8 × 3 cm cada elemento.

O trabalho *Parede da memória* (1994-2015), de Rosana Paulino, é composto de 1500 patuás — peças usadas como amuletos de proteção por religiões de matriz africana. São onze pungentes retratos de família que se multiplicam como uma maneira de a artista investigar sua própria identidade a partir da retomada de suas raízes ancestrais. Antigas fotos de família são então transformadas em retórica visual e poética, mas também numa denúncia do apagamento das muitas personagens negras que raramente aparecem como protagonistas da nossa história, uma vez que permanecem retidas numa perversa e renhida invisibilidade. A obra de Rosana Paulino reclama, também, pelo reconhecimento de todos os que, de algum modo, podem estar condenados a ser os “negros do futuro”, utilizando a expressão de Achille Mbembe — os incógnitos da República brasileira. Uma república muito “falha”, pois ainda condicionada por práticas patrimoniais e clientelistas; pela falta de uma agenda ética capaz de transformar o sistema político eleitoral e o comportamento partidário; pela corrupção, que corre o risco de se tornar endêmica e está associada tanto ao mau trato do dinheiro público como ao desequilíbrio dos poderes e ao descontrole das

políticas governamentais; por uma renitente desigualdade social e pelas muitas provas públicas de misoginia, machismo e racismo, de Rosana Paulino tema central na obra dessa artista.

IO

DICIONÁRIO DA
REPÚBLICA

A OBRA DA CAPA

INTRODUÇÃO

EM BUSCA DA

REPÚBLICA

*Lilia M. Schwarcz
e Heloisa M. Starling*

NÃO EXISTE ACORDO ENTRE OS HISTORIADORES SOBRE A ORIGEM DA ideia e do conceito de república. “República” é uma palavra antiga; não possui definição única e conserva sua ambiguidade até os dias de hoje. Na concepção que conhecemos e utilizamos, herda e incorpora os elementos da designação empregada na Grécia Antiga para indicar a existência de uma *politeia*, isto é, uma comunidade política formada por homens livres. O termo grego surge em oposição às formas de tirania em que um ou mais homens governam como senhores e segundo sua própria vontade. É também um termo dúbio. Tanto designa a maneira como se relacionam governo e governados, quanto identifica a possibilidade de uma vida livre entre iguais. Foi essa ambiguidade de sentidos que Cícero (106-43 a.C.) conservou ao traduzir *politeia* por *res publica*. Senador e cônsul em Roma, seu propósito era o de nomear um conjunto de instituições singulares capazes de garantir o bom funcionamento do regime a que os romanos chamaram *libertas* e que passou à história como “república”: uma forma política de resistência e de prevenção às tiranias iniciadas por volta de 509 a.C. com a expulsão do último rei, Tarquínio, o Soberbo, e que se encerrou com o principado de Augusto, a partir de 27 a.C.

Na tradução de Cícero, e tal como aconteceu com *politeia*, também o termo *res publica* concentra dois significados. O primeiro deles, de uso estreito, batiza a administração de um governo capaz de satisfazer as expec-

II

DICIONÁRIO DA
REPÚBLICA

INTRODUÇÃO

tativas dos governados e de realizar a boa gestão da coisa pública — isto é, da coisa do povo. Cícero entendia por povo “não um agregado de homens unidos de qualquer maneira como num rebanho, mas um grupo numeroso de homens associados uns aos outros pela adesão à mesma lei e por certa comunidade de interesses”. Daí a segunda acepção do termo, de uso bem mais amplo e que Cícero empregou para nomear um tipo de comunidade de natureza política em que as pessoas se agregam em vista do bem, do direito e do interesse comuns.

Res publica denota, nesse caso, mais de uma significação. Ela exige a construção de instituições capazes de vincular justiça e liberdade como o motor do cotidiano da população, e ainda sustenta um jeito próprio de pensar e fazer a vida pública que depende de uma linguagem e de um vocabulário específicos — o republicanismo. Contemporaneamente, essa linguagem se orienta por um conjunto de valores — tolerância, amizade, solidariedade, compaixão — que regulam os modos de convivência entre pessoas que têm igual direito de fazer parte de uma mesma comunidade. Além, é claro, de ser sinônimo de *libertas* — uma palavra, portanto, que serve para manifestar profunda aversão às diversas formas de tirania.

A tradição de pensamento que se formou a partir de Grécia e Roma — a tradição republicana — atribui grande valor à política e à participação do cidadão na vida pública, e chegou até nossos dias com disposição para o debate de ideias e com capacidade de formular soluções para os dilemas políticos e institucionais das sociedades contemporâneas. Contudo, o que hoje chamamos de “tradição republicana” não se organiza como um corpo único de pensamento e imaginação política. Tampouco se entende o termo “república” como um objeto empírico perfeitamente decantado. Apesar disso, recorrer à ideia de “tradição” nos parece uma alternativa adequada para apresentar um universo conceitual e político tão amplo e de memória tão antiga quanto o do republicanismo — e que se refere a um conjunto variado de experiências históricas muito distintas umas das outras no tempo e no espaço. Permite, ainda, compreender as maneiras como, em certas conjunturas específicas e no interior de um universo conceitual e linguístico partilhado, construíam-se formas de pensar e de agir que respondiam diretamente aos problemas apresentados pelo contexto histórico em que foram engendradas.

Não pretendemos aqui, porém, cair na armadilha de corporificar apenas uma nostalgia essencial e elegíaca. Também não se quer incorrer no equívoco de acreditar que há como mergulhar no passado para tentar des-

cobrir uma fonte única de interpretação dos fundamentos do republicanismo. “Tradição” é certamente um termo que pode ter mais de um sentido: denota transferência e, ainda, rendição e passividade — como se fosse possível entregar o passado ao presente e um ao outro. Além do mais, não se imagina aqui que a passagem de ideias no tempo seja um meio neutro e ingênuo. A tradição esquece daquilo que exclui e seleciona. De toda maneira, e o leitor notará, ela abre vias de comunicação entre o passado e o presente, perpetuando conceitos e ideias ao longo do tempo.

Uma “tradição” também pode ser entendida, portanto, como uma forma de “tradução”, já que carrega consigo certos elementos do passado que, por sua vez, têm suas agências e intenções atualizadas pelo presente. Por isso este *Dicionário da república* trabalha com a noção de “matrizes de interpretação”, ou seja, as maneiras como a “tradição” é selecionada a partir de determinados denominadores comuns mas também relida com novas derivações, adequadas a outros tempos e situações. Sendo assim, de certa forma, as novas matrizes recuperam e reelaboram a “tradição”.

Matrizes são lugares de modelagem de ideias que permitem a identificação de marcos de formação de um processo de continuidade temática dentro de uma “tradição”, ao mesmo tempo que agregam a ela novas perspectivas de interpretação e formas de aplicação. Desse modo acabam relendo-a de maneira ativa e inusitada, uma vez que as matrizes se adaptam e vertebram os acontecimentos diante de outros contextos políticos e institucionais. Elas discriminam, ainda, o momento em que intervenções políticas de diferentes tipos, ocorridas no contexto intelectual e no debate público de uma determinada época, foram capazes de provocar uma renovação nos temas e no vocabulário de dada “tradição”. Questiona-se, pois, o conceito algo passivo de “influência” ou de “transmissão”; culturas políticas sempre são passíveis de releituras transformadoras, mesmo que preservem elementos advindos do passado. Por isso, as matrizes misturam continuidade e diversidade, modelam crenças, ideais e sensibilidades políticas, projetam perguntas, polarizam diferenças, flexibilizando a própria “tradição”. Fornecem, assim, os componentes necessários para forjar uma linguagem e um vocabulário próprios ao republicanismo.

A afirmação do valor da liberdade política, o alto nível de igualdade dos cidadãos e a preocupação com a esfera pública entendida como o espaço para a efetiva ação do cidadão na formulação do bem comum são princípios que definem um patamar comum à tradição republicana. Ainda que a forma de execução desses princípios, a extensão de sua aplicação na vida

política de sociedades historicamente determinadas e a dimensão de alguns desses conceitos tenham variado de maneira considerável ao longo do tempo e do espaço, eles indicam que a principal ameaça à república é o uso privado da coisa pública ou a apropriação por pessoas ou grupos ou instituições daquilo que a sociedade entende como bem comum. Por essa razão, os grandes inimigos de uma república são o patrimonialismo e a corrupção — os dois processos de destruição do interesse público não apenas por obra de agentes individuais, mas também por ação de partidos políticos, poderes ou atores econômicos.

O patrimonialismo é a exploração privada dos recursos e interesses do Estado praticada por governantes e funcionários mediante seus vários vínculos com a sociedade. Sua lógica de apropriação está baseada na concepção oposta e desvirtuada de que não há separação rígida entre o público e o privado. Pode se instalar tanto pela circulação de funcionários ou governantes junto ao aparato estatal e o mundo do mercado, quanto pela ação de burocratas com suporte da administração e acesso a operações também no exterior. Seria, portanto, o resultado da relação viciada que se estabelece entre a sociedade e o Estado, quando o bem público é apropriado de maneira privada. Ou, dito de outra forma, trata-se do entendimento, aliás equivocado, de que o Estado é um bem pessoal, “patrimônio” de quem detém o poder. O patrimonialismo opera em toda a extensão do Estado, tanto de modo aberto quanto oculto, e abre caminho para que a corrupção se desenhe como um dos elementos mais perversos dessa operação.

Já a corrupção é um tipo de patologia política que dificilmente se reduz à apropriação particular da coisa pública ou ao comportamento desviante de indivíduos. A complexidade do fenômeno chama a atenção pelo muito que a própria palavra desvela — corrupção não se resume a um problema de ladroagem. É algo mais grave porque destrói e desorganiza o processo que visa instalar mecanismos de construção e de fortalecimento da vida pública de um povo: suas instituições, regras e princípios de convivência, agências de administração e de governo. Trata-se de uma prática que deteriora a confiança que temos uns nos outros e desagrega o espaço público, desviando recursos e direitos dos cidadãos.

Se prestarmos atenção à palavra “corrupção” ela mesma, desde sua origem, na Grécia Antiga, fica mais fácil perceber tal complexidade. Etimologicamente, ela provém do latim *corruptio*, significando o “ato de quebrar em pedaços”; isto é, de “deteriorar ou decompor algo”. Por isso mesmo, toda vez que o conceito é usado, revela que ocorreram dois movimentos

complementares no caminho de uma sociedade: algo se “quebra” em um vínculo; algo se degrada no momento dessa “ruptura”. As consequências daquilo que se partiu e se degradou são muito significativas para a república. Numa lasca, quebrou-se o princípio da confiança, o elo que permite aos cidadãos associar-se para interferir na vida de seu país. Na outra, degradou-se o sentido do público. A corrupção corrói os afetos, esgarça o sentimento de pertencimento a um território e a uma cultura comuns e ameaça fazer desmoronar as fronteiras que separam o mundo público da vida privada. Assuma a forma que assumir, o certo é que a corrupção leva ao desvirtuamento dos costumes, tornando-os imorais e antiéticos. Suas decorrências não incidem apenas na esfera privada; acabam por afetar, diretamente, o bem-estar dos cidadãos. O efeito é de causa e consequência. Os gastos destinados ao enriquecimento privado reduzem recursos e investimentos públicos.

Mas há também outras faces da república a serem exploradas. O compromisso do republicanismo com uma concepção de liberdade que não dispensa o envolvimento dos cidadãos nos assuntos públicos e na formulação do bem comum permite pensar a república à luz de suas oposições, melhor dizendo, de seus “outros”. O outro da república é a tirania — isso inclui as tiranias de qualquer tipo: monarquias absolutistas, despotismos, ditaduras modernas ou antigas. Uma tirania não deixa de ser republicana por ter um governante único, mas sim por não levar em consideração o interesse público, por não respeitar a liberdade do cidadão e por não agir segundo os critérios de justiça e de função agregadora do direito. Por essa razão, nos tempos atuais, a república e a prática republicana são opostas a todas as formas de autoritarismo.

Portanto, falar de republicanismo na contemporaneidade exige tratar de democracia — ou, para usar o argumento do filósofo Claude Lefort, hoje “a república tornou-se democrática e a própria democracia é republicana ou então deixa de designar uma sociedade política”. Mas democracia não é um sinônimo de república e menos ainda denota uma forma política de natureza republicana e muito desejável. Por volta de 403 a.C., em Atenas, uma nova maneira de governar foi inventada. Os atenienses a batizaram de *dēmoekratía*, palavra que combina dois substantivos. *Kratos* significa força, solidez, capacidade de se afirmar. Também serve para nomear o poder soberano, isto é, o poder atribuído a quem determina as escolhas públicas numa comunidade. *Demos* denota “povo”, e a primeira dificuldade da democracia é exatamente esta: saber quem é o povo e quem faz parte dele. A

democracia é uma forma de regime e sociedade que faz da igualdade política entre as pessoas com interesses e objetivos diversos seu grande motor de transformação. Por essa razão, tem no plebeísmo seu ideal normativo. O plebeísmo, no sentido de apontar para aquilo que vem da plebe, é um ideal de extensão da cidadania cuja ênfase recai sobre o direito de participar da vida política, e não na excelência da participação. Trata-se de uma espécie de franquia da cidadania que se orienta pelo critério de inclusão — seu propósito é o de estender a cidadania a todos os membros da sociedade, indicando que cada cidadão tem o mesmo peso nas decisões políticas independentemente de seus méritos pessoais.

A palavra “república” chegou até nós embarcada em Portugal, durante o século XVII, quando servia para designar a gestão administrativa no espaço urbano das vilas e das cidades, e foi no cotidiano das Câmaras que muitos habitantes da Colônia aprenderam a exercitar o valor da boa condução da coisa pública. Mas, na primeira metade do século XVIII, já havia se transformado em uma palavra importante e significativa para os colonos. E era particularmente perigosa aos olhos dos funcionários da Coroa portuguesa por força da associação entre “república” e “sedição”, termo utilizado para definir um ajuntamento de colonos armados e reunidos por motivação política com a intenção deliberada de perturbar a ordem pública. Passou a suscitar grandes esperanças na América portuguesa, e seu enraizamento no território colonial constitui uma narrativa agitada e complexa que culmina em quatro fortes momentos da nossa história política: as conjurações ocorridas em Minas, no Rio de Janeiro e em Salvador durante as duas últimas décadas do século XVIII e a Revolução de 1817, em Pernambuco.

Para as autoridades portuguesas, “conjuração” significava uma conspiração política de tipo novo, cujos participantes estão dispostos a contestar o poder do rei e a autoridade da Coroa. Na linguagem republicana, contudo, é algo ainda mais revolucionário. Conjura-se, explica Maquiavel (1469-1527), para depor o governante, tomar o poder por meio da ação violenta e recuperar a liberdade perdida. No caso de “inconfidência”, a história é outra. A palavra fazia parte do vocabulário jurídico empregado pela Coroa portuguesa para delimitar um crime em que os réus são acusados de faltar com a lealdade devida ao soberano; seu uso indica que o crime foi descoberto a tempo pelas autoridades e a repressão, bem-sucedida.

Com tudo isso, pode-se dizer que o Brasil oitocentista decantou a palavra “república”, testou as possibilidades de sua originalidade no país e expôs suas diferenças com o que nos acostumamos a chamar de “liberalis-

mo”, um novo e poderoso rival no propósito de estabelecer o modo como a sociedade e o governo deviam ser organizados. Esse foi também o tempo em que republicanos de diferentes matizes conseguiram passar do pensamento à ação direta na tentativa de enfim materializar a república nas ruas e com o apoio popular. Mas algo deu errado. A contar dos anos 1860, uma certa tradição republicana por aqui se perdeu. O golpe republicano, em 15 de novembro de 1889, por exemplo, não foi só um acontecimento militar extravagante que apanhou quase todos de surpresa e eclodiu sem violência. A república que se instalou no Brasil a partir de então nasceu paradoxal: era uma república em que estavam ausentes os valores do republicanismo.

Na verdade, entre a década de 1860 e 1889, o termo “república” sofreu uma espécie de deflação. Sua acepção se estreitou por dois lados. Em um deles, o sentido de república remetia sobretudo à forma de governo que tem por seu contrário não a tirania, mas a monarquia. No outro, o conceito de “república” esvaziou de sentido próprio e se tornou sinônimo de democracia. O uso era indiferenciado e, na prática, república passou a designar uma espécie de revestimento legal — a forma de governo — para a democracia. Sem contraste e com sentido simplificado, a sinonímia república e democracia se sustenta até hoje. A dimensão igualitária da democracia se funda na desigualdade social; a miséria ainda está enraizada na sociedade brasileira e a nossa estranha originalidade desde o final do século XIX pode ter sido esta: tentar construir uma democracia sem a república.

Mais de um século depois de proclamada no Brasil persiste entre nós essa espécie de “mal-estar na República” que a história do país revela, como se fosse um projeto fadado ao fracasso. E não há saída fácil para o problema — ou, talvez, o tamanho da dificuldade não seja fortuito.

Em uma sociedade de raiz escravista como a brasileira, de passado colonial, de economia aberta, monocultora e de exportação, historicamente violenta e autoritária, ainda hoje por demais desigual, o caminho para a construção democrática e republicana não tem sido apenas volátil; tem sido tortuoso, marcado por linhas quebradas e reentrâncias, feito com pontos altos de otimismo democrático e baixos de inversão antidemocrática. E como não se sabe bem o que se quer dizer com “república”, “republicano” e “republicanismo”, as palavras podem soar ocas.

Este dicionário nasce, portanto, com o desejo e a vocação de ser plural. São 51 textos e cinquenta autores que tratam de assuntos relacionados ao tema da república e do republicanismo, desde a Antiguidade até as expe-

riências republicanas mais localizadas ou que se realizaram, mais particularmente, no Brasil.

Também a iconografia tem grande importância neste *Dicionário*. Longe de considerarmos que as imagens não passam de mera “ilustração”, prestando-se tão somente a corroborar conclusões prévias e fechadas, tanto o caderno de imagens do livro quanto o verbete dedicado ao tema exploram como foi rica a batalha encetada, em nosso país, no sentido de enraizar um imaginário visual republicano. Em terras tropicais, a representação visual da República seguiu uma matriz francesa, mas ganhou contornos próprios, até porque precisava combater a iconografia oficial, e de sucesso, criada durante o Império, que usou e abusou dos símbolos locais. Assim sendo, temos também nesse caso uma matriz republicana francesa que ganha novas leituras e formatos a partir da realidade brasileira.

Em novembro de 2019 celebram-se 130 anos da proclamação da República entre nós, e talvez seja oportuno empreender uma busca dos princípios desse conceito que tanto nos diz sobre a afirmação da liberdade política, sobre o direito do cidadão de participar da vida pública e sobre a formulação do bem comum — ou seja, daquilo que decidimos fazer em comum para o nosso bem. Mas é chegada a hora de recuperar uma república que também abrace a democracia e possa estender a cidadania a todos os brasileiros — a despeito das diferenças que haja entre eles, sejam de status, classe social, raça, etnia, sexo, gênero, região, religião. Este é, quem sabe, o momento certo para retomarmos, no Brasil, a experiência de construir uma sociedade que se quer livre, inclusiva, plural e autônoma — uma sociedade ao mesmo tempo democrática e republicana.

Belo Horizonte e São Paulo, outubro de 2019

A

ASSOCIAÇÕES REPUBLICANAS DOS HOMENS LIVRES DE COR > 21

Petrônio Domingues

ASSOCIAÇÕES REPUBLICANAS DOS HOMENS LIVRES DE COR *Petrônio Domingues*

TORNOU-SE LUGAR-COMUM NAS PESQUISAS ACADÊMICAS ARGUMENTAR que a “população de cor”, sobretudo os libertos, identificavam-se com o trono, particularmente com a realeza, d. Pedro II (1825-91) e sua filha, a princesa Isabel (1846-1921). Se é verdade que muitos afro-brasileiros enxergavam a monarquia como um poder tolerante, paternalista e benemérito e até acreditavam ser essa forma de governo a única capaz de equacionar os impasses e dilemas da “raça estigmatizada pela escravidão”, para muitos outros a melhor solução residia no projeto republicano, com a retórica de bem comum, participação cidadã e ampliação de direitos. Eram os “republicanos de cor”, atores políticos negligenciados pela historiografia até bem pouco.

No ocaso do Império, uma conjuntura política polarizada e de embates em torno dos rumos da nação, pessoas negras de origens, de trajetórias e de perfis diversos ficaram apáticas quando não rejeitaram a causa monarquista. Esse foi o caso do ex-escravo Quintino de Lacerda (1839-98), o líder do quilombo do Jabaquara (SP), que, diante da extinção da escravidão, em 1888, somou-se às hostes em defesa da República, por entender que esse regime consolidaria as condições de liberdade e de igualdade formal, possibilitando a ampliação dos direitos à cidadania aos egressos do cativo. Com tal propósito, aderiu ao Clube Republicano de Santos e intensificou seu alinhamento a Silva Jardim (1860-91), o mais notável pregador da Re-

A

21

DICIONÁRIO DA
REPÚBLICA

ASSOCIAÇÕES
REPUBLICANAS
DOS HOMENS
LIVRES DE COR

pública Jacobina, baseada na soberania popular e inspirada nos ideais da Revolução Francesa.

Além dos ex-escravos, homens livres de cor desfraldaram a bandeira da República. João China, Inácio de Araújo Lima, Artur Carlos, Pedro Gama, entre outros que, ao se reunirem para discutir questões de raça, de política e de cidadania no centro de São Paulo, em meados de 1889, decidiram lançar *A Patria*, um jornal com subtítulo bem sugestivo: “Órgão dos homens de cor”. Em seu segundo número, publicado em agosto daquele ano, o periódico fazia uma profissão de fé aos preceitos republicanos: “Teremos sempre por divisa: liberdade, igualdade e fraternidade. Abraçando por essa forma as doutrinas republicanas, porque só nela encontraremos a reabilitação de nossa raça estigmatizada pela escravidão”.

Na concepção dos “homens de cor” que se mobilizavam em torno do *A Patria*, o Brasil passava por um momento periclitante e, após a conquista da abolição, cabia a eles lutar pela República, militando no Partido Republicano, única agremiação que podia “garantir-lhes os direitos de cidadãos”, combatendo “todos os preconceitos que existem infelizmente contra a raça de cor, ensinando-os a procurar na educação, no trabalho, na família a solidificação de seus direitos e a igualdade entre as outras raças”.

Para aqueles “homens de cor”, a República simbolizava o nascimento de uma nova era. Era o futuro contra o passado, o progresso contra o atraso, a liberdade contra a opressão, a igualdade contra as hierarquias, o mérito contra os privilégios. Em suma, a República significava o desfecho exitoso de um caminho, o da democratização do país. Naquele contexto, o termo “democracia” passou a estabelecer uma sinonímia com a República. Democracia representava a realização do dístico “igualdade” que se sucedia ou completava a “liberdade”. Expressava uma cultura cívica caracterizada pela entrada do Terceiro Estado na política. Concluía a obra de superação do “Antigo Regime”, que, primeiro, liquidou o absolutismo para, em seguida, instituir o regime republicano, com o qual soterrou a sociedade de privilégios e consagrou as conquistas da civilização. Muitas vezes, contudo, democracia se confundia com a noção de cidadania ou, antes, de direitos civis universais. Revestindo-se de uma evidente conotação liberal, significava a extinção da sociedade de privilégios e o advento do princípio da igualdade formal. Para o movimento republicano em geral, liberdade e igualdade eram os distintivos do regime que se anunciava. Já para os republicanos afrodescendentes, tais distintivos assumiam um sentido mais

A

22

DICIONÁRIO DA
REPÚBLICA

ASSOCIAÇÕES
REPUBLICANAS
DOS HOMENS
LIVRES DE COR

do que liberal. Liberdade e igualdade se associavam aos direitos de uma cidadania sem preconceitos “contra a raça de cor”.

Enquanto os “homens de cor” de São Paulo difundiam a causa republicana por meio de um veículo informativo, os do Rio de Janeiro investiram na criação de uma organização com essa mesma finalidade. Em 6 de junho de 1889, o jornal *Cidade do Rio* noticiou que “acabara de ser fundado nesta Corte o Club Republicano dos Homens de Cor”, por iniciativa de Deocleciano Mártir e José de Sousa Coelho. Na reunião realizada na casa deste último, foram lançadas as bases da nova sociedade, que teria como intuito “fazer propaganda das ideias republicanas, contra as instituições vigentes”. Contando com a presença de “55 cidadãos de cor”, a reunião terminou com discursos de congratulação, seguido de um *lunch*. O cidadão Deocleciano Mártir fez o brinde de honra, “saudando a República Federal Brasileira”. A diretoria ficou assim composta: presidente, Augusto Xavier de Melo; vice-presidente, José Martins Pereira; primeiro-secretário, Anacleto Alves de Freitas; segundo-secretário, Rodolfo Gomes; tesoureiro, Sinério Alves; procurador, Francisco Alves de Freitas. No que concerne à plataforma de atuação, os fundamentos do *club* seriam: “Combater em todos os terrenos contra as instituições vigentes; assistir a todas as reuniões políticas que se realizarem nesta cidade e combater em seu favor; instituir-se uma caixa de beneficência e uma aula noturna; reconhecer como chefe o cidadão que for eleito pelo conselho federal; fazer a propaganda política com a raça preta e fazer crer a essa mesma raça que estão sendo vítimas do trono”.

O brado dos republicanos de cor no Rio de Janeiro ecoou na província vizinha. Na edição de 2 de agosto de 1889, *A Patria* atacava a monarquia e se solidarizava, euforicamente, com o Club Republicano dos Homens de Cor: “Sim, fluminenses, a vossa ideia foi sublime, os vossos fins são grandiosos! E poderíamos nós, os homens de cor daqui da capital de São Paulo, recebermos com o silêncio, essa notícia dada pela imprensa da Corte, e aqui reproduzida pela imprensa paulista, que encheu-nos de prazer? Não”. O grupo ligado ao *A Patria* depositava esperança na ideia preconizada pelos seus irmãos de cor do Rio de Janeiro. “Nós que sentimos correr em nossas veias o sangue africano, nós que nos orgulhamos [de] pertencer a essa raça”, ponderou Inácio de Araújo Lima, articulista do *A Patria*, “é o tempo que corre que exige o nosso conagraçamento, para juntos combater as trevas nas quais imersos estão ainda muitos dos libertos de ontem, educá-los e encaminhá-los na ideia grandiosa” de República. E exclamavam, por fim: “cada um de vossos seres representam uma ideia e nesse conjunto de

A

23

DICIONÁRIO DA
REPÚBLICA

ASSOCIAÇÕES
REPUBLICANAS
DOS HOMENS
LIVRES DE COR

ideias existe um ideal, sobre esse ideal erguei a Deusa da República que só com ela teremos o descanso para o resto dos dias de existência de nossos pais, sob o império da democracia, onde domina o governo do povo pelo povo, na pátria então verdadeiramente livre”.

Abraçando a causa republicana, que ganhava cada vez mais simpatizantes de diversos estratos sociais e étnicos no Brasil, o Club Republicano dos Homens de Cor patrocinou recepções, conferências, assembleias e participou de atividades de propaganda e agitação. Tudo indica que sua principal liderança foi Anacleto de Freitas, que a princípio exercia o cargo de primeiro-secretário e, em seguida, de presidente. Identificado como militar de baixa patente, Anacleto era discípulo e admirador de Silva Jardim no tocante ao sonho de implantação de uma República Jacobina no Brasil, com participação e soberania popular. Em seu livro de memórias, Silva Jardim referiu-se a ele como “o moço preto”, epíteto com que tanto se honrou”. Evaristo de Morais (1871-1939), republicano afro-brasileiro, confirma em sua obra que Silva Jardim tinha no seio do operariado “ferrosos seguidores, sendo expressiva a dedicação de alguns homens de cor, de situações humildes, que, acompanhando Anacleto de Freitas, se batiam, nas ruas, por ele”.

A

24

DICIONÁRIO DA
REPÚBLICA
ASSOCIAÇÕES
REPUBLICANAS
DOS HOMENS
LIVRES DE COR

O ano de 1889 começou repleto de expectativas para o movimento republicano. Embora duas de suas principais lideranças — Silva Jardim e Quintino Bocaiuva (1836-1912) — divergissem quanto aos meios de ação, elas convergiam em seus fins, entendendo que era preciso fazer propaganda, agir com habilidade e audácia. Silva Jardim assim o fez: impulsionou a propaganda republicana nas ruas, nas praças públicas, na imprensa, nas eleições, nos clubes, nas associações culturais e até nas fazendas do interior, por onde circulou entre vários municípios do Vale do Paraíba fluminense. Em telegramas remetidos a correligionários entre fevereiro e março, ele comentou que os “libertos” seguiam-no “convertidos, protestando adesão à república, saudando a aurora da democracia, da igualdade e da fraternidade, aclamando-se livres pela conquista que obteve a vontade popular, e não pela iniciativa, ou esforço da princesa [Isabel], do Ministério e do Parlamento, que não fizeram mais do que ceder à intimação da opinião pública”.

No Rio Grande do Sul, surgiu a “Mocidade Preta”, um grupo de negros republicanos e aliados de Assis Brasil (1858-1938) — um líder político que, além de ter sido um dos fundadores do Partido Republicano Rio-Grandense em 1882, foi um dos principais arautos da “liberdade”, da “democracia” e